



### 1. Informações Gerais

**Data:** 30.08.2019

**Horário:** 09h às 12h

**Local:** Plenarinho do TJAP

#### Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística;
- Diretores de Departamentos

### 2. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá no período 2015-2020, a considerar os indicadores estratégicos do ano de 2019.

### 3. Pauta

- 3.1. Aprovação da Ata da reunião anterior;
- 3.2. Metas Nacionais;
- 3.3. Prêmio CNJ de Qualidade;
- 3.4. Acompanhamento dos Indicadores e Mapa Estratégico;
- 3.5. Agenda 2019;
- 3.6. O que ocorrer;

#### Comentários:

O Presidente do TJAP, Desembargador JOÃO LAGES, abriu a reunião com saudação aos presentes e, em seguida, passou a palavra para o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA, que ressaltou a confirmação da convocação de todos os setores interessados na apresentação da RAE, sendo que a convocação anterior se deu por meio do Gabinete da Presidência do Tribunal, mas nessa última foi delegado a ASPLAN a qual emitiu o comunicado, e, apesar do baixo índice de presentes na reunião houve ampla divulgação no portal do TJAP e por outros expedientes, porém sem convocação direta aos interessados.



**Item 3.1 da pauta: Aprovação da Ata da Reunião anterior:**

Após os comentários iniciais, passou-se para a aprovação do texto da Ata da 11ª RAE (3ª de 2018). O juiz Auxiliar da Presidência apresentou o acesso ao painel de Controle de Metas 2019 por meio do Portal do Tribunal de Justiça.

**Item 3.2 da pauta: Metas Nacionais 2019:**

**Meta 1:** Julgar mais processos que os distribuídos, consta que até a apresentação dessa RAE o Tribunal atingiu o percentual de 100,89% para essa Meta; **Meta 2:** Julgar os processos mais antigos; no 1º grau o percentual é de 111,01% e no 2º o percentual de 122,08%; nos Juizados o percentual é de 110,32% e, nas Turmas Recursais de 111,11%; **Meta 4:** Crimes Contra a Administração Pública, com percentual de 113,35% e Priorizar o julgamento dos processos relativos à Corrupção e à Improbidade Administrativa, com percentual de 76,45%; **Meta 6:** Priorizar julgamento das Ações Coletivas, onde no 1º Grau percentual de 131,67% e no 2º Grau 119,34%; e **Meta 8:** Fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres; percentual dos Femicídios julgados 72,73% e de Crimes de Violência Doméstica 152,56%.

**Item 3.3 da pauta: Prêmio CNJ de Qualidade:**

Para obtenção do Prêmio CNJ de Qualidade, o Conselho Nacional de Justiça definiu três eixos e os respectivos percentuais a serem cumpridos pelos Tribunais, a saber: Art. 6º - Eixo GOVERNANÇA – 33,62%. Nesse Eixo, o TJAP atingiu no mês de Maio 11,49%, e no mês de Agosto 11,90%; Art. 7º - Eixo PRODUTIVIDADE – 36,17%. A situação do TJAP ficou assim: Maio – 17,45% e Agosto 18,31%; Art. 8º - Eixo TRANSPARÊNCIA e INFORMAÇÃO - 30,21%. Nesse Eixo, os percentuais do Tribunal de Justiça do Amapá ficaram da seguinte forma: mês de Maio – 4,68% e mês de Agosto – 26,37%. No computo dos três Eixos, o TJAP atingiu no mês Maio 33,61%, e no mês de Agosto, 56,58%. No prosseguimento da apresentação, o Juiz PAULO MADEIRA apresentou a destinação dos Prêmios nos quais serão direcionados aos Tribunais que tiverem melhor desempenho no ranking geral, considerando todos os ramos de Justiça. Assim, os Tribunais que superarem 70% dos pontos, 10% desses 70% receberão DIAMANTE. É diferente do prêmio Excelência, no sentido de que, naquele, não é somente a pontuação relativa individual a ser considerada, mas também a pontuação relativa comparada com os demais Tribunais. Poderão receber o prêmio Diamante os 9 melhores, dos 90 Tribunais. Para a premiação OURO, receberão os Tribunais que estiverem entre 10,01% e 35% das maiores pontuações relativas, desde que a pontuação relativa do tribunal supere 60%. Poderão receber o prêmio Ouro os Tribunais que ocuparem da 10ª a 31ª colocação, dos 90 Tribunais. Na premiação PRATA, serão premiados os Tribunais que estiverem entre 35,01% e 65,00% das maiores pontuações relativas, desde que a pontuação relativa do Tribunal supere 50%. Poderão receber o prêmio Prata os Tribunais que ocuparem da 32ª a 59ª colocação, dos 90 Tribunais. O Juiz PAULO MADEIRA reforçou a necessidade de



observância dos prazos para envio das informações das CNJ, que ocorrerá a partir do dia 1º até o dia 10 de setembro de 2019.

**Item 3.5 da pauta: Acompanhamento dos Projetos e Indicadores Estratégicos:**

Projetos Estratégicos – 17; Indicadores Estratégicos – 30. Cada Projeto tem um Patrocinador, que pode ser um Desembargador ou um Juiz; um Gestor de Projeto e um Gerente de Projeto. Dr Paulo Madeira Juiz Auxiliar da Presidência apresentou a situação de cada Projeto e respectivo índice no cumprimento da meta. O Magistrado destacou que o Tribunal de Justiça do Amapá-AP possui oito projetos estratégicos e cada um com respectivo indicador os quais totalizam 30 indicadores. Informou ainda que o Setor de Tecnologia da Informação criou uma ferramenta para acompanhar o cumprimento das metas no portal do Tribunal. Após análise prévia das Metas foi informado que o Tribunal não atingiu o percentual desejado na Meta 4 – Improbidade Administrativa; e também na Meta 8, no item - Violência Doméstica e Femicídio -, pois, existe uma falha no momento de classificação dos processos, havendo equívoco na hora de classificar o processo, porque estão identificando os crimes apenas como hediondos, sem efetuar a sub classificação na classe Femicídio. No entanto, se o Ministério Público não classificar adequadamente, cabe a Secretaria da Vara retificar o lançamento. Em seu turno, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, solicitou a palavra e comentou algumas informações obtidas no II Encontro Preparatório do Encontro Nacional; assegurou que as Metas estão sendo cumpridas e confirmou que, mensalmente, são repassadas as informações ao CNJ no que tange às Metas. Ele falou com otimismo que serão cumpridas, até o final do ano, as Metas previstas na portaria do prêmio pelo TJAP e a análise parcial é satisfatória. Contudo, o CNJ mostrou um cenário mediano nos quais os grandes Tribunais, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, estão se reerguendo para atingir as metas e concorrer efetivamente com os demais tribunais. Além disso, informou que a parcial inserida no painel de Metas Nacionais, o Tribunal do Amapá não aparece com destaque nas primeiras colocações, fato atípico de anos anteriores. ROSYWAN CANTUÁRIA, informou que o Ministro Corregedor do CNJ destacou que, em 15 anos de medição da estatística do Poder Judiciário, a Meta 1 foi integralmente cumprida pelos Tribunais, pela primeira vez foram julgados mais processos que os distribuídos, numa faixa aproximada de 2 milhões de processos num acervo referente aos anos de 2017 e 2018, de um total de 80 milhões em 2017. Após essas informações, o Juiz da Vara de Infância e Juventude, ESCLEPIADES NETO, fez uso da palavra elogiando os trabalhos e ressaltou o desdém dos demais Tribunais atinentes ao prêmio e destacou a vantagem econômica dos “grandes” Tribunais em comparação com os menores. Noutro giro, destacou o engajamento das equipes para cumprir os ditames das Metas Nacionais. O Magistrado sugeriu agregar as informações das Metas ao Tucujurômetro para facilitar o acesso das Varas. Na continuidade da apresentação, o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA, analisou a baixa de processos administrativos, cuja média era 83 dias e em 2018 o Tribunal teve taxa líquida de 214. Na oportunidade, a Juíza Auxiliar da Corregedoria, LÍVIA SIMONE, pediu a palavra para comentar sobre a



necessidade de estruturação do SEJUSC, ante a falta de servidores capacitados para conciliar/mediar conflitos enviados das Varas Cíveis. A respeito desse comentário, o Juiz PAULO MADEIRA sinalizou concordância com estruturação, contudo, afirmou ser mais prático que a conciliação ocorra por meio de servidores da própria Vara Cível, sob a supervisão do Juiz, já que grandes demandas entre empresas, nas lides de valor alto, certamente se tornam infrutíferas com ressalva aos processos de Família e Juizados. Outro ponto de debate foi à realização de audiências através de vídeo conferência. Nesse item, o Tribunal ainda está se estruturando para atender os ditames da portaria que regulamenta o prêmio. O Juiz ESCLEPIADES NETO solicitou providências no que tange a tornar excepcional a vídeo conferência, em virtude do não cumprimento da Meta, embora o Tribunal esteja investindo na implantação dessa tecnologia, caso contrário o entendimento será o de que é possível realizar vídeo conferência com réu preso, em vista à celeridade e a economicidade processual. Com base nesses argumentos, o Juiz ESCLEPIADES pugnou pela implantação do sistema de vídeo conferência em todos os Setores/Varas do Tribunal, por acreditar viável no seu entendimento, desde que garantidos os direitos fundamentais do preso. Por fim, o Desembargador CARLOS TORK fez uma ponderação no indicador Índice de Conciliação, ao discordar dos dados porque, no seu entendimento, os dados apresentados estão inclusos os valores de conciliações processuais e não processuais, e sugeriu uma reunião do NUPEMEC para esclarecer os dados coletados, o Desembargador CARLOS TORK afirmou que o percentual não era de 25% e sim de 17%. Houve uma observação do Diretor da ASPLAN no que tange a contradição entre as Metas 1 e 2, pois, pelos índices, a Meta 3 – Conciliar – destoa das outras Metas, nas quais o objetivo é julgar. O CNJ identificou a necessidade de correção nas próximas edições. Em sua análise, a capitação de recursos o Tribunal cumpre aos ditames da meta, no item Índice de Eficiência Operacional, custo do processo, destacou ainda que no mês de março o valor era de R\$ 3.806,00, em junho decaiu para R\$ 3.603,00. A meta a ser alcançada é o valor R\$ 2.359,00, fato pendente de outras variáveis para ser atingida. Na ocasião, a Presidente do Sindicato dos Servidores do TJAP ANNIE CHRYSTIANE, argumentou que houve um acréscimo pouco significativo e perguntou qual seria a forma de baratear o processo, já que o número de contratações de servidores e outros investimentos institucionais não geraram um grande impacto no custo do processo. Ao final da apresentação e conclusão da 12ª RAE, o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA enfatizou a necessidade de dar maior prioridade aos tópicos relacionamentos, simplificação, capacitação e gestão porque apresentam índices baixos. No entanto, existe a possibilidade de elevação do índice, principalmente em capacitação por meio da Escola Judicial. O Magistrado destacou, por fim, alguns percentuais alcançados com sucesso pelo Tribunal, certificou a importância de conscientização de todos os gestores para elevar os índices das Metas, além disso, afirmou que existe no portal do Tribunal de Justiça uma ferramenta disponível para acompanhar o desenvolvimento e integração dos índices que refletem a prestação jurisdicional aos cidadãos Amapaenses.



**Item 3.6 da pauta: Agenda 2019:**

A XIII RAE ficou definida para o dia 18 de novembro de 2019.

**Item 3.7 da pauta: O que ocorrer:**

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião.




*[Handwritten signatures in blue ink, including names like Allean, Silroner, and others]*




RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES

| Comitê de Gestão Estratégica                            | Data | Assinatura |
|---|------|------------|
| Desembargador João Lages – Presidente                   |      |            |
| Desembargadora Sueli Pini                               |      |            |
| Desembargador Eduardo Contreras                         |      |            |
| Desembargador Gilberto Pinheiro                         |      |            |
| Desembargador Carmo Antonio                             |      |            |
| Desembargador Carlos Tork                               |      |            |
| Desembargador Manoel Brito                              |      |            |
| Juiz Paulo César Madeira – Juiz Auxiliar da Presidência |      |            |
| Lívia Simone Oliveira de F. Cardoso – Juíza de Direito  |      |            |
| Alessandro Rilsony – Diretor Geral                      |      |            |
| Rosywan Cantuária – Assessor de Planejamento            |      |            |
| Gestores de Projetos                                    | Data | Assinatura |
| Esclepiades de Oliveira Neto – Juiz de Direito          |      |            |
| Antonio Ernesto Amoras Collares – Juiz de Direito       |      |            |
| Stella Simonne Ramos – Juíza de Direito                 |      |            |
| Juiz Paulo César Madeira – Juiz Auxiliar da Presidência |      |            |
| Veridiano Ferreira Colares                              |      |            |
| Bernadeth Farias Corrêa                                 |      |            |
| Gerentes de Projetos                                    | Data | Assinatura |
| Diego França da Silva                                   |      |            |
| Edinaldo Siqueira da Costa                              |      |            |
| Walmir Bezerra de Mesquita                              |      |            |
| Francisco Ângelo Martins Pereira                        |      |            |
| Alan Davis Freire de Souza                              |      |            |
| Danielle Gabrielle Galvão de Oliveira S. Alcântara      |      |            |
| Wilson Aguiar da Silva                                  |      |            |



|                                  |             |   |
|----------------------------------|-------------|---|
| Adelson Armando Marques Anderson |             |  |
| Augusto Cesar Alberto Neri       |             |   |
| Márcio Alcântara                 |             |   |
| Sônia Regina dos Santos Ribeiro  |             |   |
| Oberdan Serrão de Almeida        |             |   |
| Aloísio Miranda Menescal         |             |   |
| Rubens José Barros Gomes         |             |   |
| Nilda Maria Gonçalves Neves      | 18/11/19    |  |
| <b>Escritório de Projetos</b>    | <b>Data</b> | <b>Assinatura</b>   |
| Job Duarte Moraes                |             |  |
| Samuel da Silva Carvalho         |             |   |
| Edson Fernandes de Carvalho      |             |   |
| <b>Núcleo de Estatística</b>     | <b>Data</b> | <b>Assinatura</b>   |
| Joudson Medeiros de Oliveira     |             |   |
| Adriana Moraes de Carvalho       |             |   |
| Teófilo Emílio Soeiro dos Santos |             |   |
| Carlson Uchoa                    |             |   |



 (NEY A. PARENTE)









